Cardoso, FH - discurso

ÍNTEGRA

"O Brasil está unido ao redor de idéias simples"

Esta é a íntegra do discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso, na cerimônia comemorativa dos três anos do Real, na Confederação Nacional da Indústria (CNI):

"Em primeiro lugar, eu quero ao agradecer a oportunidade que me deram de mais uma vez estar aqui, nesta reunião com líderes dos mais representativos das atividades econômicas do Brasil, dizer também que talvez neste ano nós estejamos num momento de maior relevo ainda do que nas vezes anteriores.

Pelas palavras que aqui foram proferidas, tanto pelo senador Fernando Bezerra, como pelo Dr. Jorge Gerdau, vê-se que, efetivamente, o Brasil tem pressa, tem a mesma pressa que tem o presidente da República. O Brasil está unido ao redor de idéias simples, diretas, porque ( ) sabe dos problemas.

E quando eu aceitei estar aqui, nesta manhã, foi porque achei que era oportuno, realmente, que nós, uma vez mais, com a franqueza que caracteriza as nossas relações, pudéssemos, diante do País — porque quando falamos aqui, com tanta mídia, nós estamos falando para o País — pudéssemos, diante do País, reafirmar os nossos compromissos e dizer que, passados três anos, nós não esmorecemos, que, pelo contrário, nós temos maior motivo ainda para enfrentar os novos desafios, porque nós vamos enfrentá-los a partir de um patamar de maior visibilidade quanto aos problemas e também com maior compreensão por parte da sociedade brasileira.

As palavras generosas que foram ditas pelo Dr. Fernando Bezerra, ao recordar o desafio que foi assumido durante o governo Itamar Franco, quando eu era ministro da Fazenda, e por uma equipe de brilhantes economistas, alguns dos quais continuam no governo e outros, mesmo fora do governo, continuam a ajudar com suas idéias, a compreensão desses problemas, aquele desafio que nós aceitamos. Nós o aceitamos porque era um imperativo nacional. Não havia mais alternativas. Ou o Brasil despertava — e despertou — para a necessidade de uma atitude firme frente à inflação ou a compreensão de que não se tratava pura e simplesmente, de um processo técnico, tecnocrático, mas de um processo como hoje, como dizia o Dr. Gerdau, político e...

... para entender do que se tratava, ou nós seríamos tragados pela impossibilidade de aceitar o outro desafio que está diante de nós, que é o de entrarmos numa era em que a competição se internacionalizou, se globalizou, se mundializou, e nós iríamos ser, aí sim, excluídos. E excluídos como conjunto nacional. E, certamente, quando o conjunto nacional é excluído, os que já são, dentro desse conjunto, também postos à margem estariam ainda mais sem esperanças de algum dia serem incluídos.

Foi essa a motivação que nos levou a enfrentar o desafio da inflação, porque não era o desafio da inflação. Era muito mais do que isso. Era o desafio da nossa capacidade, como nação, como povo, de termos capacidade de efetivamente, voltarmos a acreditar em nós próprios. Eu acho que, hoje, nós acreditamos no Brasil de novo e acreditamos em cada um de nós. E não por arrogância pessoal desse ou daquele, não porque haja tal ou qual liderança. Mas porque o conjunto do País sente que há caminho e sente também e sabe que esse caminho tem de ser construído com a compreensão da sociedade. Não é um caminho que possa ser construído pela imposição de um führer, de alguém que se sobreponha à adversidade existente na sociedade. Não é um caminho que possa ser imposto pelo interesse do empréstimo, pelo interesse do sindicato, pelo interesse do partido. É um caminho que vai sendo tecido através de um diálogo, muitas vezes áspero, às vezes conflitante mas sempre dentro da regra democrática. E isso é importante ser frisado.

Essa escolha — e não havia alternativa as alternativas tentadas mostraram-se insuficientes, incompetentes e destrutivas para a própria sociedade brasileira — essa escolha, esse caminho implica também uma responsabilidade compartilhada, como aqui se vê, nesta manhã. E implica também na consciência de que o processo pode até ser mais longo, porque ele é democrático mas, ao se afirmar, ele é um processo que tem maior durabilidade, porque passou pelo crivo de um debate intenso no Congresso, na mídia, na sociedade, mobilizou. Algumas vezes ganhamos, outras vezes perdemos, mas avançamos construindo muito mais que um mercado, muito mais de um conjunto de medidas que dizem respeito à área econômica, construindo uma nação. E, hoje, o desafio que nós temos é de prosseguir na criação dessa nova sociedade. De uma nação democrática, de uma nação que combate a exclusão como disse o Dr. Gerdau, e de uma nação que sabe que só pode continuar nessas sua (...) se ela for, efetivamente, competente. E, portanto, que se qualifica para aceitar os desafios que estão aí à nossa vista, os desafios o amanhã. Mas aos lhes dizer isso, ao reiterar, e ao sentir aqui esse mesmo espírito, e é com esse espírito que nós haveremos de prosseguir, eu quero aproveitar a oportunidade também para, por intermédio deste nosso encontro, prestarmos contas, mais uma vez à nação.

O desafio que assumimos há três anos foi um desafio feito, ou melhor, aceito sob certas condições. Diante do ceticismo então quase generalizado, às condições de que o Brasil, não poderia para um processo de estabilização que implicasse recessão ou que implicasse concentração de renda. Não era fácil como não é fácil hoje, porque as decisões objetivas ali estão, e muitas delas foram aqui mencionadas, mas hão de convir comigo, porque os dados assim o atestam de que nós seguimos à risca aquilo com que nós havíamos comprometido em 1994. Não houve recessão, nem houve concentração de renda. E houve controle da inflação ainda que esse controle tenha sido feito com as condições, como aqui foi reafirmado, completas para garantir uma estabilidade duradoura e uma taxa de crescimento realmente capaz de fazer com que o País mude de patamar, que vamos ter de fazer para que ele possa alcançar o conjunto da sua população, aumentando o bem-estar do conjunto da população.

Apesar dessas restrições, e os dados são claros nessa matéria e talvez até possa dispensar-me de mencioná-los, mas são muito claros e, pela primeira vez depois de muitas décadas, as estatísticas relativas à concentração de renda mostram que os ricos enriqueceram um pouco mais, os pobres ficaram um pouco menos pobre, mas os pobres ficaram menos pobres, proporcionalmente mais depressa do que os ricos ficaram mais ricos. Uma mudança importante porque os que conhecem a História do povo, os que conhecem as estatísticas sabem que esse é o espaço mais difícil de mudar em qualquer situação nacional, e nós começamos a mudar.

Os salários reais cresceram, com respeito ao ano de 94 a massa salarial cresceu 31% ou algo por aí. 31% eu creio que é alguma coisa que vale a pena assinalar. Houve um crescimento da economia no seu conjunto também apreciável quando comparado (...) com esse momento do consumo. Tem-se como conseqüência a necessidade de uma alteração nas forças produtivas, aí estão os dados de 31% na massa de rendimentos real. Houve um rendimento real para o trabalhador de 21,9%, o emprego subiu 7,7%. Basta isso para dizer que o compromisso assumido foi mantido. Mas, hoje, nós não podemos nos contentar com isso, é pouco, é muito pouco o que foi feito, sobretudo no que diz respeito à expansão, tendo em vista as potencialidades do Brasil, e nós temos reponsabilidade nessa matéria. Então poderia dizer, como direi, que a taxa de desemprego aberto não cresceu, e efetivamente não cresceu. Em 1992 era 5,67%, hoje é de 4,42%, havendo uma variação onde o ano, onde houve menor taxa de desemprego registrado foi 1995, que deu 4,46.

Posso dizer que, em comparação com outros países, os dados aí estão também disponíveis, a situação de desemprego aberto no Brasil não é calamitosa. É só verificar que a Alemanha é cerca de 10%, a Argentina 17%, o Chile depois de tantas transformações importantes é 7,2%, a Espanha já está mais baixo hoje, mas (...) de 22% e (...) 1996. Os Estados Unidos também 5,4 % equivalentes ao nosso de hoje. Nos Estados Unidos (...) se comemora que estão chegando a 4,8%, 4,9%, a França é 12% e a Itália é 12%.

Mas nos gratifica saber que aqui a taxa de desemprego aberta é menor do que em outros países? De certa maneira sim, mas não é suficiente. Nós ainda temos um desemprego aberto, fora o subemprego, fora as situações, que sei lá se a estatística capta, bastante elevada. E não nos consola. Se dou esses dados, é para mostrar que, com tantas dificuldades, conseguimos operar de modo tal que não fosse implacável o custo da estabilização, ou seja, que não houvesse a recessão, nem que os trabalhadores pagassem o preço maior dele, mas isso não nos é suficiente.

E por que não nos é suficiente? Porque nós estamos convencidos de que é preciso continuar crescendo a economia, e que nós vamos precisar das reformas. Antes de falar delas, é falarei, e falarei diante do presidente do Senado, diante do presidente da Câmara, por terem sido, como foram os anteriores, baluartes dessa luta junto comigo. Antes de falar delas eu quero lhes dar, entretanto, uma outra sensação. É de que apesar de tudo, apesar das imensas dificuldades, nós estamos conseguindo fazer com que o Brasil, outra vez, tenha sentimento. E é importante sentimento — talvez, às vezes, em certos momentos mais do que a própria razão — o sentimento de que ele pode se transformar, de que ele é capaz de se transformar.

No início do governo nós tivemos muitas dúvidas sobre o caminho a tomar. Hoje, nós não as temos. Hoje, eu posso lhe dizer que, da maneira com que nós estamos entrando numa fase mais aberta de competição, o mercado se abriu, com importações, as exportações e só problemas daí derivados, na balança comercial, a nossa posição de concorrência lá fora — e eu voltarei mais tarde ao tema, com todo esse desafio — nós temos um outro desafio que é o da integração nacional interna, do Brasil.

No passado, como eu disse ontem numa reunião em São Paulo, na CNI falava-se muito de um projeto nacional. Hoje, diante da internacionalização muitas pessoas pensam que isso desapareceu no horizonte, que se trata, pura e simplesmente, de um automatismo do mercado e que se trata, pura e simplesmente, de uma quase que de absorção de certos setores da economia brasileira o mercado internacional. Ledo engano. Ao mesmo tempo em que nós estamos abrindo — como já abrimos bastante a nossa economia — que nós estamos nos preparando para, mais ativamente ainda, participar da competição internacional, nós estamos, ao mesmo tempo, reorganizando as bases de uma possibilidade maior de integração desse País na sua economia, no seu mercado mas, sobretudo, na sua sociedade, porque nós estamos atuando para diminuir as diferenças regionais de forma deliberada. De forma deliberada.

Apraz-me recordar, aqui que eu, como homem de São Paulo, de que muito me orgulho, no governo tratei de fazer com que houvesse uma dispersão, uma desconcentração industrial. Não para prejudicar São Paulo, não seria eu jamais capaz de tal proeza negativa. Não. São Paulo continua crescendo, mas se nós tínhamos indústrias automobilísticas em São Paulo e em Minas, hoje nós temos mais em São Paulo e em Minas, mas nós temos, também, na Bahia do senador Antônio Carlos, nós temos no Rio de Janeiro do governador Marcelo Alencar, nós temos no Paraná, nós temos em Santa Catarina, nós temos no Rio Grande do Sul, nós temos em Goiás, quem sabe no Ceará, nós temos por aí a fora, já em marcha. Só num programa de cerca de US$ 25 bilhões de investimento, de investimento, nós temos muitos projetos que já são em várias áreas do Brasil. E, para isso, não foi fácil, aqui há testemunha de que não foi fácil. Foi preciso que eu utilizasse o meu poder de presidente da República para tomar decisões que foram mal compreendidas às vezes, no meu Estado, às vezes no Congresso, e muito mais ainda lá fora. E que o nosso Itamaraty se transformasse, efetivamente numa peça de integração nacional e lutasse lá fora para que mostrássemos aqueles que são nossos sócios, ou outros que são competidores nossos, que nós estamos no caminho que é o caminho necessário para um país que é novo e tem potencialidades que tem ainda muita pobreza e que precisa espalhar a riqueza, e a riqueza não se espalha só com palavras, se espalha com atos, e um dos atos é industrializar e industrializar cada vez mais as regiões que têm potencialidade, que estavam à margem dos eixos de industrialização.

Nós estamos tomando decisões que estão fazendo, e já lhes mostrarei, com que o Brasil tenha, outra vez, um sentimento nacional nesse sentido de (...) é um país que concentra riqueza, mas é um país que é capaz, também, de viabilizar o conjunto das suas áreas. E ao viabilizar o conjunto das suas áreas, nós não estamos simplesmente viabilizando a riqueza, viabilizando os empresários, as empresas, os governos estaduais, ou obras físicas. Nós estamos viabilizando uma vida melhor para o povo, para aqueles que trabalham nesse país ou aqueles que nem tinham ainda a possibilidade de trabalhar. E se permitem, para aproveitar a oportunidade de falar, de coração aberto, ao País, e não apenas a nós, aqui. Eu lhes mostraria alguns elementos, digamos, visíveis do que (...) eu tenho em mente. Vale quando digo que nós estamos fazendo um grande esforço de outra vez fazer com que o Brasil se sinta um país integrado e capaz de enfrentar esses desafios.

Eu disse que, no passado, se falava em projeto nacional (...). Imagina-se que agora, por causa das condições novas, isso desaparece. Não é verdadeiro. Só que hoje projeto nacional não é mais o projeto do Estado. Não é o iluminado ideólogo que senta ao lado do príncipe, ou o próprio príncipe, quando ele sabe escrever e ler, que toma uma decisão, escreve um texto e diz que o Brasil vai ser assim ou vai ser assado. Hoje é diferente. Hoje, o projeto é da nação mesmo, é do conjunto da sociedade, é do cidadão, é de todos que estão na vida política e dos que não estão nela, é do empresário, mas é também do sindicato, é também da igreja, é também da mídia, é do conjunto do país que nasce esse sentimento.

Os que pensam que nós não temos um projeto para o Brasil é porque estão pensando à antiga. Esperam que o presidente da República, o dia inteiro, diga-o que o Brasil vai fazer. O Brasil ganhou maturidade. O presidente vai estar atento, sim, para cumprir aquilo que é o sentimento do País. Mas não é dele que deriva esse sentimento. Esse sentimento deriva das bases nacionais, deriva do conjunto. E é preciso que o conjunto sinta isto. E é preciso que, aí sim, o Estado, que o governo atue de modo a fazer com que o País, no seu todo, perceba os efeitos, os influxos desse novo momento que nós estamos vivendo.

Se me permitem, para dar-lhes uma idéia disso, nós estamos reorganizando o espaço nacional, o físico e o social não mais ao redor de um pólo ou outro pólo que aqui ou ali exista, mas ao redor de eixos. E esses eixos têm uma sinergia. Um se liga ao outro. E no conjunto, dentro de alguns anos, nós vamos ter, realmente um país que vai sentir, no seu conjunto, na sua totalidade, que ele é forte, porque ele tem condições efetivas do seu povo participar de uma transformação, que é uma transformação que não é do Estado apenas, mas é uma transformação nacional.

Se me permitem, na Amazônia — que durante tanto tempo ficou adormecida por falta de uma ação integrada — nós temos já algumas ações muito estruturadas. Nós, na Amazônia, estamos fazendo uma ligação que passa por Manaus, passa por Boa Vista, Caracaraí, até chegar lá em cima, que é àquela lista vermelha, que vai lá para cima, na direção da Venezuela, é a estrada 174.

Essa estrada dará possibilidade da produção da Zona Franca de Manaus ser competitiva, não aqui dentro, mas lá fora mesmo, como é a vocação natural da Zona Franca, exporte, e poderá exportar pelo Caribe.

Alí, lá em cima, em Roraima, as terras de Roraima, que são terras férteis, terão saída, tanto pela 174 quanto por uma outra obra, que já está feita. A 174 está em marcha. Arranjamos recursos da CAF — Corporação (...) de Fomento — os governos da Amazonas e de Roraima participaram. Nenhuma obra, aqui, é paga só pelo Tesouro. O governo induz, mas existe aí uma sinergia, também nessa matéria.

O que se vê, no eixo que vai lá do Noroeste praticamente ao leste, desembocando no Oceano Atlântico, é a hidrovia que já está em funcionamento, que liga o Rio Madeira, sai de Porto Velho — eu fui lá e vi —, existe um terminal graneleiro, da iniciativa privada. O rio, hoje, vai ser — se já não é — navegável à noite, via satélite. Já foram feitos os delongamentos necessários. E, hoje, a produção que sai da Região Amazônica, que sai de Rondônia e do norte de Mato Grosso já tem uma redução significativa, no custo de transporte, porque ela é levada por barcaças, financiada pelo BNDES, sai de Porto Velho, desde o Rio Madeira, para se encontrar, em Itacoatiara no Amazonas, com outro terminal graneleiro, um outro porto. E eu vi embarques, já, em navios que vão mar alto a fora, para levar para a Europa para os Estados Unidos, fazendo uma redução de 30% do custo do frete da soja. Isso já está feito, não vai ser feito. Não custou nada. Custou o apoio da iniciativa privada, a boa vontade dos governos locais, e um pouco de recurso federal, e a energia do Ministério do Planejamento e da Presidência da República, para que as coisas acontecessem. E as coisas aconteceram, já está feito.

Não é só em transporte — e isso aí vai permitir, também, a incorporação das terras de Roraima, a abertura que o BNDES está providenciando, de novas frentes agrícolas, na região da Amazônia, sem destruir a mata, porque há baixios que podem ser aproveitados à margem dos rios. Valoriza-se essa região.

Mas não é só isso. Lá, na Amazônia, fui lá em Roraima, para assistir um acordo com o presidnete da Venezuela — e está em marcha — e a energia do Guri vai ser trazida da Venezuela para Boa Vista, e nós vamos energizar Roraima, sem fazer a destruição da natureza, que é uma outra proposta alternativa, que implicaria em aproveitar um "canyon", que entraria água em terras indígenas, grandes problemas sem o efeito equiparável a trazer a energia da Venezuela.

E lá, em Urucu, a Petrobrás já está fazendo — não vai fazer, já está fazendo — o aproveitamento do gás. E esse gás será levado a Manaus e também à região de Rondônia, porque é a usina de Samuel, cuja última unidade eu vou inaugurar, essa usina não é suficiente para atender à necessidade de Rondônia. E, portanto, o gás de Urucu vai gerar energia para a região Amazônica, para a parte mais ao sul do Rio Amazonas, para Roraima e para Manaus.

E no Pará, onde as linhas de Tucuruí passavam sobre o Pará, para terminar lá, no Maranhão, sem beneficiar o Pará. Pois bem, hoje, o linhão de Tucuruí está sendo feito de tal maneira que a energia elétrica vai beneficiar toda a região sul do Pará.

Ou seja, nós estamos na Amazônia fazendo o que compete ao governo federal: transporte, energia e comunicação, que são as área sensíveis para as modificações. Algumas obras são financiadas inteiramente pelo governo federal, como a energia hidrelétrica no Pará. Outras o são pela iniciativa privada. De qualquer maneira, nós temos, hoje, uma visão do que é feito na Amazônia. É um projeto em marcha, silenciosamente, em apenas dois anos de governo. Silenciosamente.

(...) começar, como se está começando a entender do que se trata, isso não seria possível sem a estabilização, sem o Real, sem compostura no governo, sem que existisse decência na administração pública para fazer licitações e não serem submetidas sempre ao crivo da corrupção. Aqui não há isso. Tudo isso é feito sem que haja, em nenhum jornal, suspeita disso ou daquilo, a respeito de qualquer dessas obras, que estão implicando centenas de milhões de reais, às vezes, bilhões de reais.

Mas não é só na Amazônia. Se me permitem, também, nós temos uma preocupação muito forte na integração da região central do Brasil. E aqui se verá pelo eixo Araguaia-Tocantins, pela Ferrovia Norte-Sul e a ferrovia de Carajás.

Do que se trata? Desde o século 18, essa região aí, central, esse risco mais forte que vai do Pará e do Maranhão, saindo daqui, do centro-oeste, desde o século 18, se usava a navegação dos Rios Araguaia e Tocantins. Foram esquecidos. Nós, agora, retomamos. Temos alguns problemas, porque depende de um Rima — e é preciso que dependa mesmo — de um Relatório sobre o Impacto no Meio Ambiente. E o Brasil, hoje, tem tantos cuidados com essa matéria que o que se está discutindo é se o deslocamento em certas áreas do Rio Tocantins ou Araguaia — não tenho certeza —, ao tirar as pedras, ao retirar essas pedras para leito do rio, se elas terão efeito negativo sobre a reprodução dos peixes. E é preciso que seja assim. Demora um pouco mais, mas, ao se fazer a obra, não se destrói a natureza.

Pois bem, essa Araguaia-Tocantins vai permitir — e, em parte, já está permitindo — não só navegabilidade mas, como também lá, no Amazonas, a intermodalidade. E, num dado instante, nós vamos ligar o transporte fluvial com o transporte ferroviário. E a Ferrovia Norte-Sul que estava parada, começou a andar de novo. Está andando de novo, para ligar Imperatriz à Estreito. Quando ligar Imperatriz a Estreito lá, no Maranhão, nós vamos poder utilizar o Rio Araguaia e o Rio Tocantins e levar a produção daqui, do centro do Brasil, lá por cima, porque entra na ferrovia e sai por Itaqui, aproveitando a ferrovia que já existe, que leva ao Porto de Itaqui.

Pois bem, isso é para mostrar que a integração está-se fazendo sempre com miras à redução do custo Brasil, a fazer com que o custo de transporte seja mais barato, a fazer com que nós possamos ser mais competitivos, mais adiante. Um trabalho de anos. Estamos há dois. Faltam muitos outros mais. Mas nós estamos já com as linhas lançadas. E há programa, há projeto. Aqui, não há interferência deste ou daquele. Eu não quero saber quem se beneficia individualmente. Eu quero saber que o Brasil esteja se beneficiando. Não foi em função de pressão de A, de B, ou de C por mais legítima que seja. Foi em função da compreensão que nós, hoje, temos de que o País é que conta e o País tem de andar no seu conjunto. E essas obras são fundamentais para que o País ande, no seu conjunto.

Mas não é só isso. Nós podemos olhar. Se olharmos um outro eixo, desses eixos fundamentais, no caso, aqui, o de Nordeste, nós vamos ver que no Nordeste também — pasmem! — mas a possibilidade de o Rio São Francisco voltar a ser navegável custa não mais do que R$ 15 milhões. Hidrovia é barato. Pasmem, porque é esse o preço. E pasmem mais ainda por que não se fez antes? Não se fez antes porque a grande desorganização nacional derivada da inflação não permitia projeto, nem continuidade em nada, nem o sentimento que hoje nós temos de que é preciso fazer e pode ser feito. Está sendo feito.

E quando, de novo, fizermos isso, quando nós vincularmos o Rio São Francisco à Transnordestina... E agora eu aproveito para me referir ao fato de que nós fizemos a concessão das ferrovias todas. A última que falta fazer é no Nordeste. E, quando fizermos — e faremos esse mês — a licitação para a concessão do Nordeste, nós vamos, também, hoje (...). E nós vamos também fazer a licitação, ou melhor, abrir a possibilidade de completar-se a Transnordestina, no trecho de Salgueiro ligando, portanto, mais facilmente, todo o transporte pelo Rio São Francisco. Através da Bahia, ligando com Pernambuco, para sair no Porto de Suape.

Essa é uma obra que se torna um pouco mais curiosa, custa 250 milhões de dólares, esse trecho. Mas nós estamos providenciando como o BNDES os recursos, para que quem venha a licitar a malha do Nortes (...) se comprometa a terminar esse trecho. E os que são do Nordeste sabem que a Transnordestina permitiu uma integração do Nordeste, muito grande, e vai viabilizar o Porto de Suape, que também está sendo feito.

Não é só abrir portos. Mas, em matéria de portos nós estamos não só fazendo o Suape, terminando, e sempre a iniciativa privada, o governo não pára, o governo federal, estamos fazendo o Porto de Pecém, lá no Ceará, o Porto de Sepetiba, no Rio de Janeiro, já em marcha avançada, a privatização do Porto de Santos, grandes reformas no Porto de Santos. E o que é mais importante, estamos conseguindo implementar a Lei dos Portos. E as autoridades portuárias estão feitas, estão começando a funcionar. E ninguém tenha dúvida, vão funcionar, porque o Brasil precisa. Vão funcionar. E vamos, progressivamente, privatizar os serviços portuários, porque (...) para diminuir o custo-Brasil.

É preciso estar no dia-a-dia, para saber o que custa, certas vezes, tomar certas decisões. E estão sendo lenientes, muitas vezes, os que deviam tomá-las. E é preciso que o governo federal atue, no dia-a-dia, e sem fazer barulho, sem ir para as manchetes dos jornais, porque seria contraproducente. De qualquer maneira, (...) que tem mais esse eixo, que é um eixo de integração dessa região nordestina.

Mas há outros mais. Qual é o próximo? O Eixo Sudoeste. Bom, no caso do Eixo Sudoeste, ficarei um pouco, porque é muita coisa falar. O risco maior que está ali é a integração viária, a 364. É uma estrada fundamental. É uma estrada que vai levar de Mato Grosso, e volta depois aqui, para o Centro, mas que vai para Rondônia até o Acre, permite ampliar muito a mobilização de recurso, para depois aproveitar melhor as hidrovias. A 364 está em marcha. Estamos recuperando vários setores dela avançaremos em outros setores, já está equacionado. Leva tempo, porque o trabalho leva tempo.

Nós temos dois grandes programas viários. Um imediato, para, enfim, consertar o que está em estado lamentável. O outro, financiamento internacional, aí é mais complexo, de restauração de estradas, para permitir também — e se passa em muitas estradas — a gestão dos governo estaduais. Os recursos demoram dois anos sendo negociados. Estão negociados, haverá o resultado em breve.

Mas não é só isso. Em toda essa região, no Centro-Oeste, nós temos outras preocupações. Tem a ferrovia, a Ferronorte. A Ferronorte como sabem os senhores — também tem dificuldades. No setor público, o que nos cabia, e ao governo de São Paulo, nós estamos fazendo, que é a ponte que vai permitir a ligação de São Paulo com o Mato Grosso. Eu espero, em poucos meses, estar lá para ver diretamente a possibilidade do transporte, tanto ferroviário quanto o transporte rodoviário por essa ponte.

Isso vai permitir depois, integrar com a Fepasa, lá de São Paulo. A Fepasa liga até o Porto de Sepetiba ao Porto de Santos, viabiliza, e com muito mais rapidez, o transporte de tudo que se produz nessa região central do Brasil.

Irei um pouco mais depressa, porque essa região é mais conhecida, de São Paulo. Estamos terminando a Bacia Paraná-Tietê. Em pouco tempo mais, também — ali é um problema mais complicado, para o futuro, na questão relativa à ligação com o Rio Paraná com inclusas mais complicadas — mas a navegabilidade já está assegurada, e se faz por intermodalidade. e se pode, depois, chegar ao Rio Paraná e ir adiante para o Sul.

E, no caso de Porto de Santos já mencionei aqui. Está avançado, e nós esperamos (...) mais de um bilhão de reais de investimentos, no Porto de Santos, na sua modernização. E os senhores todos acompanharam o que aconteceu com a Cosipa, e a atitude do governo federal, para assegurar que houvesse, realmente, um avanço, nesta matéria.

Pois bem, o Sul, também — não me irei estender, porque seria muito longo — aí, nas zonas de fronteira, temos muitas atividades rodoviárias, muitas pontes, ligando o Brasil à Argentina. E, brevemente, (...) com o Presidente Menem, numa ponte sobre o rio Uruguai, que é de São Borja a São Tomé.

Eu disse, outro dia, e é verdade, que em todo lugar, no sul do Brasil e no Norte da Argentina só se pedem pontes, onde antes não havia nem pontes nem estradas, porque se teria uma guerra. Agora, o que se deseja são pontes, para recongraçamento. Então, é uma mudança essencial da relação do Brasil com a Argentina.

Pois bem, aí também, na área Sul, à direita, o que está marcado lá — não é bem isso, mas (...) — temos o eixo viário, que vai de Belo Horizonte a Fernção Dias Paes, ou do Rio de Janeiro, do Rio de Janeiro via concessão da Via Dutra. A Fernão Dias Paes estamos duplicando. Nós estamos duplicando a BR-116, que se encontra com a Fernão Dias Paes, em São Paulo, e vai até o Paraná. Do Paraná até Santa Catarina já há uma duplicação. Estamos duplicando a 101, em Santa Catarina, e aceleradamente. Estamos licitando o caminho para chegarmos até Osório, no Rio Grande do Sul. Amanhã ou depois — no futuro — Jaraguá. E aí temos uma ligação viária de excelente qualidade que, segundo me dizem, é a maior obra rodoviária em andamento, no mundo. Então, existe também, aí, essa preocupação, dessas interligações.

Eu poderia me alongar imensamente. Poderia dizer que nós estamos fazendo, também nesse setor, no Espírito Santo, obras importantes. O Porto de vitória é um porto importante. O Espírito Santo é um Estado muito bem equipado nessa matéria. Estamos fazendo a licitação do Unai-Pirapora, de tal maneira que nós possamos ligar, mais uma vez aqui, a região do Centro com a região do Porto de Vitória. Tudo isso implica, também, barateamento. Nós estamos fazendo um anel para permitir que esta região do oeste de Minas e norte de Goiás se interligue com a 364.

Enfim, há um sem-número de ações. Não é que serão, no futuro, planejadas, estão em andamento, algumas em licitação, outras estão em marcha.

Na questão de energia, nós retomamos cerca de 70 unidades produtoras, hidroelétricas e termoelétricas, 70, sempre em licitação com a iniciativa privada. eu irei, no mês que vem — este mês — eu irei à Bolívia, para assistir aos acordos do gás. Não acordo do gás, é colocar a tubulação. Já estão contratadas, para fazer o gasoduto Brasil-Bolívia.

Fizemos a interconexão com a Argentina. Estamos fazendo com o Uruguai, de energia elétrica. Há toda a interconexão do sistema nacional de energia elétrica, em marchá, já.

Ou seja, não preciso, creio eu, dar mais exemplos, para mostrar que o que eu disse há pouco não são palavras, mas é a realidade. O Brasil está mudando. E quem não percebe isso está passando à margem da História. E está mudando graças ao trabalho convergente, de todos os brasileiros.

Falta muito. Algo nós fizemos. Nós fizemos, na questão do custo-Brasil, nós retiramos o ICMS dos produtos primários e semi-elaborados, que são responsáveis por 40% da cota de exportação. Nós retiramos o PIS/PASEP e o COFIN, nos insumos do processo produtivo de mercadorias exportadas, vendidas no mercado externo.

Nós regulamentamos a (...) exportação. Nós mudamos o financiamento do Proex para exportação, nós reestruturamos o BNDES, para torná-lo um banco capaz de exportar. De modo que, hoje, podemos oferecer às empresas de primeira linha taxas de juros equivalentes a (...). (..) real de 5,8 ou 6%. Apesar de todas as dificuldades. É claro que (...) mas as empresas de primeira linha.

Nós fizemos uma modificação importante no BNDES, para que ele atendesse ao setor de têxtil, ao setor de calçados, ao setor de autopeças, para que possa participar dessa realocação, que está havendo, no Brasil em que muitos desses setores estão mudando de área. Portanto, nós precisávamos atacar nisso mesmo.

Nós mexemos, também, no financiamento do Finamex, do BNDES, ampliamos o prazo lá. N ós reduzimos a zero o IOF de captação do mercado internacional para as empresas exportadoras.

Ou seja, nós movemos a máquina do governo, com todas as limitações existentes, com todas as incertezas existentes, na boa direação. Também reduzimos o custo de investimento diretos, para reduzirmos (...) das telecomunicações de onde já esperamos um "boom", não só em função da Banda B e, no futuro, da Banda A, mas porque nós vamos produzir partes do equipamento no Brasil, sem o que nós iríamos provocar, na verdade, um problema na balança comercial, no futuro. Então, nós tomamos as medidas necessárias, para que houvesse a dinamização, e para que se viabilizasse o investimento qui, no Brasil, nesse setor.

Nós não nos esquecemos de reduzir o IPI — na verdade, a isenção — para aquisição de bens de capital, tanto nacional, quanto importado. Nós fizemos o Simples que, na verdade, foi uma reforma importantíssima, do ponto de vista da pequena e da microempresa. Na prática é o Imposto Único, para o Simples, faltando um pouquinho de adesão dos setores no ICMS.

Nós diminuímos o imposto de renda das pessoas jurídica, de 25 para 15%. Nós diminuímos a contribuição sobre o lucro líquido, de 10 para 8%. Nós baixamos a TJLP, os juros a longo prazo.

No financiamento agrícola a modificação foi total. Na pequena propriedade, os juros era, porque 6,5% é igual à taxa de inflação. No que diz respeito ao produtor, baixamos, esse ano, para 9,5%.

Enfim, o governo, dentro das limitações existentes — já me referi à questão portuária — o governo está atuando no que pode e na boa direção. Falta velocidade.

O problema da velocidade — e aí me perdoem, eu entro na última parte que queria lhes transmitir, porque tenho entusiasmo por essas coisas, aproveito as oportunidades para falar — eu queria lhes transmitir que, efetivamente, nós, agora, chegou o momento que ou se fazem certas reformas, ou eu não tenho mais recurso para avançar.

(...) tudo o que era possível fazer. Tudo será exagero de quem está na luta. Mas, muito do que era possível fazer, dentro das condições disponíveis, o governo fez. Tudo. Sem temer chiadeiras ou gritos sobre se isso é popular ou impopular. Popular seria o país a médio e longo prazo. Não é fazer uma concessão aqui e outra ali, para agradar um pequeno grupo, e depois criar um problema mais adiante.

Então, essa é a minha convicção sempre foi e vai continuar sendo. Com candidatura ou sem candidatura. Candidatura é detalhe. O que não é detalhe é o Brasil. E o nosso sentimento é nacional.

E continuarei fazendo tudo isso que estou fazendo, e muito mais. Podem dizer que é campanha à vontade. Tomara que seja uma campanha pelo Brasil, para um Brasil realmente digno dos brasileiros. Vamos lá, com energia.

Agora, as reformas. Nós precisamos finalizar algumas reformas. Essas já mencionadas aqui. E eu quero deixar em claro que o pensamento do governo, no que diz respeito à reforma administrativa não tem nada a ver com a concepção anti-funcionário público, nem com uma concepção anti-Estado.

Acabei de dar exemplos que, sem a ação do governo não existe país moderno. País moderno não é país dominado pelo mercado. País moderno é dominado pelo público. Não é pelo Estado nem pelo mercado, é pelo público, que é uma coisa diferente. Implica tudo, implica sociedade.

Pois bem. Portanto, não nos move nenhuma determinação de perseguição, de desmonte do Estado nada do que alguns opositores, de pouca imaginação, deizem.

E pasmem — e aí me provoca, às vezes, uma certa perplexidade — quando se diz que nós estamos discutindo a questão para quebrar a estabilidade. O presidente da Câmara está aqui. Já me viu dizer isso ontem. E ele sabe. Ele pensa como eu. Na verdade o que está sendo discutido lá é algo tão óbvio que o Congresso não pode dizer não.

É o seguinte são duas propostas sobre a questão da estabilidade. A primeira se um funcionário, embora estável, demonstrar que é incompetente, que tem insuficiência de desempenho, depois de ampla defesa, o governo tem a possibilidade de afastá-lo. Invertam a questão não, ele, demonstrado que é incompetente, fica lá. Quem paga isso? É o povo. Como possível votar a favor da incompetência? É preciso dizer, com toda clareza — e, aqui, há muitos parlamentares que sabem disso — ao Congresso os senhores são contra ou a favor de defender o povo? Se são a favor de defender o povo, não podem querer que se mantenha em posição alguém que é incapaz de atender ao povo. Então, essa é a questão em jogo, lá. Não há outra.

E isso, por acaso, tem alguma vantagem fiscal para o governo? Nenhuma. É uma questão de moralidade pública. Não é uma questão de Tesouro, é de moralidade pública e eficiência. Mas o país precisa de um governo eficiente, para que ele possa caminhar.

E a outra questão sobre estabilidade não diz respeito ao governo federal. É a questão da observância da Lei Rita Camata, ou seja, há um dispositivo da Constituição que diz que os Estados e Municípios ou qualquer agente estatal não pode gastar mais do que 60% dos impostos com pessoal. Isso não atinge o governo federal, porque no governo federal o gasto com pessoal é muito baixo desses 60%. Não obstante, aqui, na Esplanada, se mobilizam todos, sob o pretexto de que isso é uma medida fiscal do governo fedral, quando não é.

Então, é um modo de resolver, primeiro, uma determinação constitucional e, segundo, permitir que os Estados e os governos possam governar, porque do jeito que está não pode. E Alagoas é um exemplo. E não pode porque exisem abusos. E aí há uma outra questão, que é o teto. A quebra à possibilidade de estabilidade e que me referi diz respeito a esse ponto, que os Estados, quando eles não tenham mais outro meio, quando já tenham feito todas as outras medidas necessárias, continuem a ler uma folha de pessoal acima de 60%, e dentro das regras, seja possível afastar funcionários estáveis.

Isso não tem nada a ver com a União. É para restabelecer o equilíbrio financeiro de Estados e Municípios, responsabilidade de todos nós, dos governadores dos prefeitos da sociedade civil e do presidente, que devemos estar juntos lutando lá no plenário, para que isso passe. Juntos, lutando.

Agora, o teto. Qual foi o problema do teto? É que existe um teto, foi aprovado, para a União. E havia a proposta de um subteto, ou seja, que os governadores e os prefeitos pudessem limitar também, no seu nível, no seu âmbito, o salário máximo, porque não é concebível que numa prefeitura pobre o teto seja igual ao teto da União. Não por nada, por falta de recursos.

Bem, por um voto, caiu o subteto, ou seja, o teto, tal como está hoje, a proposta fixada lá, é o teto da União, que é igual ao salário de quem mais ganha no Supremo Tribunal Federal, ou seja, em volta de R$ 12 mil. É um teto elevadíssimo. Em alguns Estados isso é inviável e não é justo manter esse teto. Por que? Porque há Estados do Brasil, hoje, onde o gasto, sobretudo do Judiciário e do Legislativo, atinge mais de ( ) da folha. E, como eu disse ontem, no pronunciamento que fiz, há 4.800 funcionários, nos vários níveis, que recebem, em média, R$ 21 mil por mês, enquanto a imensa maio